

## ACTAS

40

### ACTA NÚMERO TRINTA E TRÊS

No dia 23 de Abril de dois mil e vinte e cinco, pelas dezassete horas e trinta minutos, realizou-se na Rua Bernardo Lima n.º 35, 2.º D, em Lisboa, conforme a convocatória do Presidente da Assembleia Geral, reunião ordinária da **Assembleia Geral da FPP - Federação Portuguesa de Padel**, entidade de Utilidade Pública Desportiva, conforme despacho n.º 2529/2017, associação de direito privado, sem fins lucrativos, com o número de pessoa colectiva 510.234.640. \_\_\_\_\_

Encontravam-se presentes, na Mesa da Assembleia Geral, o Presidente José Eugénio Dias Ferreira, em substituição do Secretário da Mesa Tiago Vaz Oliveira, foi integrada na mesa, Mafalda Botelho. Encontravam-se igualmente presentes três membros dos Órgãos Estatutários, Ricardo da Silva Oliveira, Presidente da Direcção da FPP, Raúl Amaral e Jean Paul Lares, Vice-Presidentes da Direcção, ambos por videoconferência, Carlos André Dias Ferreira, Advogado da FPP, os Auditores Gonçalo Cruz e Ricardo Garcia, a Contabilista Susana Rodrigues, os três através de videoconferência, os Delegados representantes dos Clubes, dos Treinadores, dos Árbitros e dos Jogadores, conforme lista de presenças, com a presença de cinco Delegados em sala, e com a participação de nove Delegados através de videoconferência. \_\_\_\_\_

Não se encontrando inicialmente preenchido o quórum necessário para a reunião da Assembleia Geral Ordinária, a reunião foi declarada aberta, pelo Presidente da Mesa, às dezoito horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos: \_\_\_\_\_

1. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Actividades e as Contas do exercício do ano de 2024; \_\_\_\_\_

2. Outros assuntos. \_\_\_\_\_

Dando início ao **PONTO UM** da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Direcção, Ricardo da Silva Oliveira, tomou a palavra, para dar conta de que foi feita a promessa, em 2024, de recuperar os capitais negativos, na ordem dos 74.000€, referentes ao ano 2023. Esses resultados negativos deveram-se, fundamentalmente, a quatro factores extraordinários,

## ACTAS

41

que foram devidamente explicados na apresentação e votação das contas de 2023. Esse objectivo de recuperação foi cumprido e estamos muito satisfeitos por o termos conseguido, depois das contas devidamente auditadas pelo Revisor Oficial de Contas e analisadas pelo Conselho Fiscal. O Presidente da Direcção deu conta de que a diferença existente entre o Mapa de Execução e o Orçamento Rectificativo, no que ao ponto 1.2 Desenvolvimento da Actividade Desportiva – Organização de Quadros Competitivos Nacionais se refere, deve-se a um maior número de provas realizadas, onde a FPP retém 15 por cento das inscrições, entregando depois os restantes 85 por cento aos clubes, tudo isto se reflecte assim, tanto nas despesas como nas receitas. Também referiu que um orçamento é uma previsão e que só quando termina o ano se pode comparar o orçamento com as despesas e receitas reais, e nunca são iguais. \_\_\_\_\_

Tomou a palavra a Delegada Marta Vaz Mendes, representante dos Clubes, para questionar a que actividades se refere o Desenvolvimento do Desporto Feminino, e se os prémios referentes ao Campeonato Mundial de Absolutos já se encontram reflectidos neste Relatório e Contas de 2024. \_\_\_\_\_

Tomou a palavra o Presidente da Direcção, para dar conta de que os prémios foram/estão a ser pagos este ano, mas já se encontram reflectidos nas contas de 2024, assim como o Prize-money recebido da FIP, pelos resultados obtidos por ambas as selecções, no Campeonato Mundial de Absolutos. Os prémios atribuídos pela FIP, em Masculinos e Femininos, têm um valor diferente, pois tiveram classificações diferentes. O montante atribuído, pela FPP, às Selecções Nacionais, foi metade do prémio recebido por cada selecção, a cada selecção, pois a FPP investiu cerca de 371.000€ no Projecto Selecções Nacionais e recebeu 58.000€ de apoios do IPDJ, a Direcção entendeu assim, à semelhança do que já tinha decidido anteriormente, relativamente ao Campeonato Mundial de 2022, atribuir metade do valor às Selecções Nacionais, consoante os resultados obtidos por cada selecção. Os cerca de 10.000€ reflectidos no Desenvolvimento do Desporto

## ACTAS

42

Feminino, refere-se à equiparação do Prize-money entre Masculinos e Femininos no Masters da FPP, de forma a conseguirmos atribuir o mesmo prémio à categoria F1. \_\_\_\_\_

Tomou a palavra o Delegado Diogo Neuparth Pires, representante dos Clubes, para dar conta de que, na sua opinião, o Orçamento é muito mais detalhado do que o Mapa de Execução, não entendendo onde estão reflectidas as diferenças espelhadas no Mapa de Execução; não entende, igualmente, a fonte do número de visitas dos alunos aos clubes, no Padel Escolar, no total 8.381 alunos que experimentaram a modalidade, solicitando, o Delegado, esclarecimentos sobre o que se fez de excelente sobre o Padel Jovem, tendo em conta que no Programa Detecção de Talentos foi executada metade da verba prevista. Tomou a palavra o Presidente da Direcção, para esclarecer que a fonte dos números e das acções que se referem ao Padel Escolar é o Relatório Final do Padel Escolar, realizado pelo Coordenador do Padel Escolar, Paulo Sanches, números esses que são enviados para a DGE. O Presidente deu conta de que esse relatório pode ser disponibilizado para consulta dos Delegados. Relativamente ao Padel Jovem, nos vários objectivos que tínhamos para o desenvolver, entre eles, melhorar a qualidade dos torneios jovens, realizar um Campeonato Nacional com mais dignidade, com mais actividades e onde fosse dada mais relevância ao jogador jovem, fazer mais estágios na selecção de jovens, oferecer raquetes e bolas a vários clubes que o solicitaram, para desenvolverem os seus programas com os jovens, etc, conseguimos atingir alguns deles, mas, efectivamente, não havia um plano detalhado e organizado para o Padel Jovem. É algo em que estamos a trabalhar mais desde Setembro, com o Director Miguel Carmo, para pôr em prática em 2025, mas no que se refere a 2024, há que admitir que não fizemos tanto como gostaríamos, mas este ano já temos um gabinete com várias pessoas, uma estratégia, um plano definido. Já se verifica isso num maior número de inscrições nos torneios de jovens, temos 8 torneios FIP Promises, e esperamos aumentar este número, tem havido um maior investimento e acompanhamento este ano. No que se refere ao Mapa de Execução Orçamental e ao Orçamento, quando foi feito o Orçamento, contávamos com menos provas no calendário, daí haver um valor inferior nas receitas e nas despesas no Orçamento, do que aquilo que

FB  
↓

## ACTAS

43

foi efectivamente realizado. As diferenças que se verificam nas provas internacionais, referem-se ao facto de o calendário da FIP ser tardio na definição de datas e locais das provas de selecções. Quanto mais tarde se tem a informação do local e datas, temos como consequência um aumento de custos com viagens e estadias. \_\_\_\_\_

Posto a votação o Relatório de Actividades e as Contas do exercício do ano de 2024 - aprovado por maioria, com apenas uma abstenção da Delegada Marta Vaz Mendes. \_\_\_\_

Passando para o **PONTO DOIS**, o Presidente da Mesa deu a palavra à Delegada Maria Inês Flórido, representante dos Árbitros, solicitando a Delegada a publicação do regulamento dos treinadores, para que no que ao coaching se refere, num torneio da FPP ou da FIP, haja coerência na intervenção das equipas de arbitragem e das decisões dos árbitros; uma revisão dos honorários dos Juiz-árbitros na Tabela de Taxas, para o ano de 2026, ou criando um rácio do número de árbitros, conforme o número de campos necessários, por prova, de forma a garantir uma melhor qualidade da arbitragem nos torneios; e uma melhor preparação das provas, por parte dos clubes, antes do início das mesmas, através de um caderno de encargos para as provas, minimizando assim os problemas durante o desenrolar dos torneios, com melhores condições também para a realização do trabalho dos árbitros. São vários os árbitros que, depois de tirarem o curso, fazem apenas uma prova, dadas as várias dificuldades encontradas, desistindo assim da carreira. \_\_\_\_\_

O Presidente da Direcção explicou que a Direcção tem feito pressão, ano após ano, para ser aprovado este tipo de alterações na Tabela de Taxas, mas os Delegados que estão em maioria são os representantes dos Clubes. Julga que o que será de mais fácil execução será regulamentar, exigindo um número mínimo de árbitros por x campos utilizados, melhorando assim a qualidade da arbitragem nos torneios. O Presidente solicitou o envio,

rfb  
↓

## ACTAS

44

por mail, dos vários problemas detectados e sugestões de resolução, de forma a se tentar enquadrar nos regulamentos do próximo ano. \_\_\_\_\_

Tomou a palavra o Delegado Miguel Cardoso Coucello, representante dos Clubes, dando destaque à responsabilidade dos Directores de Prova que, na sua opinião, são pouco responsabilizados pela organização e pelo decorrer das provas. \_\_\_\_\_

Tomou a palavra o Delegado Paulo Seiça Neves, representante dos Jogadores, para dar conta de que deveria existir formação de técnicos, para se poderem inspeccionar as condições mínimas de funcionamento dos Clubes, as condições de higiene, por exemplo. É necessário acelerar esse processo, pois é muito importante para a melhoria das condições da prática da modalidade. \_\_\_\_\_

Tomou a palavra o Presidente da Direcção para dar conta de que, relativamente à formação de Técnicos de Homologação de Campos, há que esperar pela atribuição de créditos a esta formação, por parte do IPDJ. O Presidente esclareceu ainda que a federação não tem autoridade para fiscalizar os clubes, essa função cabe a outras instituições. Há sempre clubes a favor de que se exija uma melhoria de condições mínimas para poder organizar torneios e outros são contra, pois julgam que a federação está a interferir na sua actividade. \_\_\_\_\_

O Delegado Diogo Neuparth Pires pediu a palavra para sugerir que houvesse uma espécie de caderno de encargos para a realização das provas com diferentes requisitos para as diferentes classes de prova. \_\_\_\_\_

O Presidente da Mesa disse que a direcção iria trabalhar nisso e contemplar a sugestão nos regulamentos de 2025. Sugeriu aos Delegados que enviem uma proposta para exigir uma melhoria das condições de higiene nos clubes. \_\_\_\_\_

Tomou a palavra o Delegado João Nunes, representante dos Clubes, para dar conta de que tem feito muitas provas pelo país e, conheceu muitos clubes que não deveriam ser chamados de tal. A concorrência e o crescimento da modalidade faz com que se vá melhorando o nível de condições oferecidas, embora ainda haja clubes com poucas condições. Na sua opinião, Portugal tem o melhor Circuito Nacional do mundo, pois tem

ifB  
f

## ACTAS

45

dois e três torneios com Prize-money, por fim-de-semana. Portugal tinha assim a oportunidade de entrar no circuito internacional, algo que acabou por acontecer, este ano, e de uma forma surpreendente. O Delegado deu conta de que as condições existentes em muitos clubes, a nível internacional, no Circuito FIP, são miseráveis. Muitos torneios não têm condições para se tomar um banho, pois não existem sequer balneários. Aquilo que podemos considerar muito negativo em Portugal, quando comparado com o Circuito FIP e até, em vários casos, com o Premier, é de grande qualidade. Como utilizador do site da federação e da plataforma Tiepadel, e dadas as várias dificuldades que se enfrenta nesta matéria, o Delegado gostaria de saber se há avanços nesta área. Questiona, igualmente, quando vão ser comunicados oficialmente os atletas seleccionados para o Team FPP Tour, pois não se apercebeu de que tal já tenha acontecido, já estamos em Abril e em Junho é suposto haver uma reavaliação do cumprimento das regras, por parte da FPP, aos atletas; e questiona quais os critérios para a selecção dos jogadores, pois é da opinião de que há atletas que estão a receber o apoio e que já não deveriam ser contemplados, dada a idade e/ou dada a sua estabilidade e independência financeira na prática da modalidade. Há vários atletas com dezoito, dezanove anos que não foram contemplados quando mais necessitam destes apoios. \_\_\_\_

O Presidente da Direcção tomou a palavra para dar conta de que, no que à plataforma se refere, a federação está em conversações com duas empresas para aferir a possibilidade de se arranjar uma alternativa. Relativamente aos apoios Team FPP Tour, foi criada uma comissão, para seleccionar os atletas, mas a Direcção também já abordou esta questão, pois há situações que podem parecer estranhas, mas esta comissão foi criada exactamente para não ser a Direcção a seleccionar os atletas, para ser um processo o mais isento possível, criando para isso os mecanismos necessários para que os técnicos qualificados façam as escolhas, de uma forma isenta, e baseadas nos critérios

## ACTAS

46

anteriormente definidos pela Direcção. Estes sim terão de ser reavaliados pela Direcção e espelhados nos regulamentos de 2026. \_\_\_\_\_

Tomou a palavra o Vice-Presidente Jean Paul Lares, para dar conta de que o processo se iniciou tarde, este ano, devido às eleições, em Fevereiro. Relativamente aos critérios, os mesmos não estão muito bem balizados, e dado o desenvolvimento rápido da modalidade, os critérios não se adaptaram devidamente. Em 2026, o processo tem de iniciar mais cedo e com critérios mais apertados. Foi negociado com a FIP termos vários torneios FIP, em Portugal, para dar mais possibilidades aos nossos atletas de somarem pontos. Não podemos criticar a comissão pelas escolhas que fez, baseada nos critérios estabelecidos pela Direcção. O que temos é de adaptar os critérios de selecção à realidade que temos actualmente no panorama nacional, pois antigamente apostávamos nos melhores para eles poderem evoluir no estrangeiro. \_\_\_\_\_

Retomou a palavra o Presidente da Direcção para dar conta de que com os cerca de 20 torneios FIP, em Portugal, o que vai alavancar o crescimento dos nossos atletas, teremos de rever os critérios de selecção para o próximo ano. \_\_\_\_\_

Pediu a palavra o Delegado Tomás Guimarães, dando conta de que, na sua opinião, Portugal está a dar bons passos na modalidade, com estes torneios FIP. No que se refere à atribuição de WC, enquanto director desportivo, gostaria que o promotor, enquanto organizador, angariador de patrocínios, etc, tivesse mais poder na atribuição dos WC. \_\_\_\_

Tomou a palavra o Presidente da Direcção para esclarecer que estes torneios foram negociados detalhadamente com a FIP, de forma a serem integrados com os restantes torneios do Circuito da FPP. Tem de haver um certo nível dos atletas que vão competir, pois a FIP não aceita a escolha de jogadores apenas com o objectivo de agradar aos patrocinadores, e sem o mínimo de qualidade, pois desvirtua o torneio. A FPP criou as condições possíveis, através das negociações com a FIP, mas o grande mérito é dos clubes, pois estão a fazer um grande esforço para a organização destas provas, mas temos regulamentos feitos e não os podemos alterar. Podemos é falar sobre os problemas que

## ACTAS

47

TB  
f

os clubes enfrentam para os tentar minimizar, não descurando os compromissos assumidos com a FIP. \_\_\_\_\_

Tomou a palavra o Delegado Plínio Ferrão, representante dos Clubes, para dar conta de vários maus comportamentos que alguns jovens têm tido dentro de campo, nos torneios de Jovens, assim como familiares de atletas, pois está a ser mais complicado arbitrar torneios de jovens do que torneios de Absolutos e Veteranos. Exige-se que o árbitro tenha a responsabilidade de resolver todas estas questões, o que não é fácil, com vários campos. Algo terá de ser feito, com urgência, quer seja na Arbitragem, nos Treinadores, no Departamento de Formação, pois estes comportamentos dão uma má imagem à modalidade. \_\_\_\_\_

Tomou a palavra o Presidente da Direcção afirmando que a Direcção está consciente deste problema, mas não sendo apresentadas denúncias, nada pode ser feito, pois não há matéria de facto para se remeter ao Conselho de Disciplina. Há árbitros que preferem não intervir imediatamente, e não fazem menção dos acontecimentos na acta da arbitragem da prova. O Director de Prova tem o poder de expulsar um atleta da prova, por comportamento indevido. Infelizmente é uma questão transversal no desporto, pois o IPDJ já exigiu formação a elementos do staff das federações, devido a esta problemática. Será um dos temas a abordar com o Secretário de Estado, em breve. Na Direcção, iremos tentar criar mecanismos para que estes casos sejam controlados e contrariados, se vão ser eficazes, não sabemos. \_\_\_\_\_

Tomou a palavra o Vice-Presidente Jean Paul Lares, para dar conta de que já iniciámos esse caminho, pois no último Estágio de Jovens houve momentos de formação também para os pais dos atletas. \_\_\_\_\_

Pediu a palavra o Presidente da Direcção para dar conta de que há um tema que gostaria de esclarecer na Assembleia Geral, com a Delegada Marta Vaz Mendes, mas a mesma já não se encontra na reunião, infelizmente. Uma vez que ela já não está presente terá de esclarecer de outra forma, por escrito, pois os comportamentos que a Delegada tem tido nas redes sociais são graves, e difamatórios. A maioria dos membros da Direcção da

## ACTAS

48

federação não são pagos, trabalham em prol da modalidade, em regime pro bono, a maior parte das pessoas que se dedicam fazem-no para a desenvolvimento da modalidade e não para o seu desenvolvimento particular, os Delegados também estão aqui a dedicar o seu tempo, é bom que haja uma certa postura, pois há temas que aqui são abordados, mas depois são transmitidos para fora da Assembleia Geral - já aconteceu a partilha de documentos internos, documentos esses facultados aos Delegados pela FPP, no âmbito das Assembleias Gerais, partilhados por Delegados a supostos órgãos de comunicação - o que implica que determinados assuntos tenham de ser atrasados, geridos de outra forma, devido à divulgação de informações que são do âmbito interno da federação. O outro tema que gostava de abordar é que a FPP está, neste momento, numa disputa jurídica com o IPDJ, para zelar pelos interesses dos clubes filiados desta federação, pois foram estas empresas/clubes, que levaram a modalidade onde ela está hoje, foi a estas empresas/clubes a quem o IPDJ, em 2016 - depois de instados a alterar os Estatutos submetidos para dar cumprimento ao que o IPDJ pretendia para atribuição da UPD - fez constar que os clubes empresas eram equiparados à definição de clubes que a lei já previa. Em 2020, foi requerida a renovação da UPD, e nada nos foi solicitado neste aspecto e a UPD foi renovada com os mesmos estatutos em vigor. Actualmente, no processo de pedido de renovação da UPD, fomos confrontados com um pedido de alteração dos Estatutos, onde nos informam que os clubes/empresas não podem ser equiparados a clubes e têm de estar representados, dentro da federação, numa outra rúbrica, onde só podem ter três por cento dos votos na Assembleia Geral. Gera alguma perplexidade como o IPDJ pede em 2016 a alteração dos estatutos para equiparar os clubes/empresas a clubes e vem agora em 2025 dizer o contrário. O que pode acontecer é que se o IPDJ insistir neste tema, enviar uma recomendação de não renovação do estatuto de UPD ao Secretário de Estado, até a situação ser alterada pela federação. O Secretário de Estado tomará a decisão que entender como correcta. O Presidente da Direcção terá de apresentar uma proposta de alteração dos Estatutos, com o intuito da renovação da UPD. Caso a Assembleia Geral reprove a proposta, o Presidente da Direcção não terá outra

## ACTAS

49

solução e terá de apresentar a demissão, pois entende que perdeu a confiança dos Delegados. Temos a troca de comunicações de 2016, sobre este assunto, entre o IPDJ e a FPP, toda documentada e está disponível para consulta dos delegados, embora não lhes seja permitida a cópia ou divulgação dessa documentação. \_\_\_\_\_

Terminados os assuntos constantes da Ordem de Trabalhos, e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão às vinte horas e trinta e cinco minutos, sendo redigida a presente Acta que será assinada pelos elementos em funções na Mesa da Assembleia Geral. \_\_\_\_\_

Secretária da Mesa da Assembleia Geral, em substituição: Hábia Botelho

Presidente da Mesa da Assembleia Geral: [Assinatura]